CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1154/89

INTERESSADO Sérgio Mário Jaque Ortiz

ASSUNTO Revalidação de certificado de curso realizado no Chile

RELATOR Conselheiro Nacim Walter Chieco

PARECER CEE N° 1354/89 - - APROVADO EM 20/12/1989.

Conselho Pleno

1 Histórico

Em 17 de maio de 1989, Sérgio Mário Jaque Ortiz, portador da cédula de identidade de estrangeiro V017004-0, natural de Santiago-Chile, requereu à Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP) a revalidação de seu certificado de mec. técnico eletrônico expedido, em 1968, pela "Escuela de Especialidades da Fuerza Aérea" de Chile.

Referido "certificado de estudios", conforme cópia constante nos autos, atesta que o interessado foi aluno daquela Escola, de 1° de janeiro de 1966 a 1° de janeiro de 1968, tendo obtido as seguintes notas finais ao término dos estudos:

Asignatura	Nota final	
	Cifra	Conceito
Nota Panama	5,50	"Más que bueno"
Matematicas	5,00	"Bueno"
Ingles	5,00	"Bueno"
Dibujo	6,00	"Meritorio"
Castellano	5,00	"Bueno"
Física	5,50	"Más que bueno"
Descriptiva Aeronautica	6,50	"Más que merit."
Educacion Fisica	6,00	"Meritorio"
Eletricidad	4,00	"Regular"

Reglamentacion	6,00	"Meritorio"
Radio	5,50	"Más que bueno"
Educacion Fisica	6,00	"Meritorio"
N/M Talleres	5,50	"Más que bueno"
N/M Estudio	5,50	"Más que bueno"
N/M Conducta	6,50	"Más que merit."
N/M Aptitud para el servicio	6,50	"Más que merit."
N/M Final de año	6,00	"Meritorio"

"Significado de las Calificaciones:

1 Muy Malo; 2 Malo; 3 Deficiente; 3,5 Menos que regular; 4 Regular; 4,5 Satisfactorio; 5 Bueno; 5,5 Más que bueno; 6 Meritorio; 6,5 Más que meritorio; 7 Muy bueno.

O Certificado, foi expedido, em 24 de abril de 1974, assinado pelo "Jefe da Escuadrilla de Instrucción Académica" e autenticado pelo Consulado Geral da República Federativa do Brasil em Santiago.

O interessado apresenta, ainda, outros documentos, a saber:

. "certificado de servicios", expedido em 19 de julho de 1978 pela "Subsecretaria de Aviación" comprovando dois anos de serviços como "Soldado 2º" na Escuela de Especialidades e um ano como "Cabo 2º - Mecánico Electronico de Equipos de Ayuda a la Navegación", no mesmo local;

. título de mecánico de eq. elect. de Rav. EFAC 30131, expedido, em 1º de janeiro de 1970, pela Escuela de Especialidades da Fuerza Aérea de Chile;

. certificado (indicando total de 80 horas) e programa (indicando duração de 40 horas) de aprobación em El Curso "G.E.C. Supervision", expedido, em 25 de setembro de 1974, pela Empresa Nacional de Telecomunicaciones S.A. (ENTEL-CHILE);

. certificado (indicando total de 80 horas) e programa (indicando duração de 60 horas) de aprobación em El Curso "G.E.C 7000 MHz", expedido em 25/09/74 pela ENTEL-CHILE;

. certificado (indicando total de 56 horas) e programa (indicando duração de 40 horas) de aprobación em El Curso "G.E.C. 450 MHz" - especialidad microondas, expedido, em 25/09/74, pela ENTEL-CHILE;

. certificado (indicando total de 140 horas) e programa (indicando duração de 120 horas) de aprobación em El Curso "G.E.C. MUX" - especialidad microondas, expedido, em 25/09/74, pela ENTEL-CHILE;

- . certificado de aprobacion en El Curso "Television", com duração de 40 horas, expedido, em 16/07/75, pela ENTEL-CHILE;
- . certificado do Curso "Electronicos de Mantención", com duração de 351 horas, expedido, em 03/07/72, pelo Centro Nacional de Electrónica Y Telecomunicaciones do INACAP;
- . "certificado de calificaciones de 1º y 2º Ciclo de Humanidades", primeiro a quarto anos escolares, expedido em 06/02/89 pelo "Departamento de Exámenes y Colégios Particulares do Ministério de Educación Pública;
- . Certificado (indicando total de 104 horas) e programa (indicando duração de 120 horas) do Curso "Transmisión de Datos", expedido em 12/11/75 pelo Centro Nacional de Electrónica Y Telecomunicaciones da Universidad de Chile;
- . programa (indicando duração de 160 horas, sem certificado) de Curso "G.E.C. 200 MHz" - especialidade em microondas, expedido pelo CENET-CHILE.

Em 19 de maio de 1989, a COGSP encaminha o pedido ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", solicitando remessa à ETE "Getúlio Vargas", com as seguintes ponderações:

"considerando que:

- . os estudos concluídos peio interessado na força Aérea Chilena tiveram a duração de dois anos, complementados por outros cursos freqüentados em diferentes entidades, situação escolar ainda não analisada por esta Coordenadoria, em se tratando de certificados ou diplomas de cursos realizados no exterior;
- . o Brasil mantém com o Chile acordo cultural, e que, nos casos de acordo, há dispensa de revalidação, nos termos do artigo 3º da Resolução CFE nº 04/80, julgamos conveniente que, antes de ser procedido o registro do mencionado Certificado, deva ser ouvida a ETE "Getúlio Vargas", escola credenciada pelo Parecer CEE nº 1019/81, para efetuar a revalidação de cursos de Mecânica, Eletromecânica, Eletrônica e Eletrotécnica".

Em 06 de julho de 1989, a Comissão de Professores da ETE "Getúlio Vargas", especialmente designada, emitiu parecer desfavorável à pretendida revalidação do certificado pelos seguintes motivos:

- "1) A duração do curso de 2 anos não segue as mesmas diretrizes do

Curso de Eletrônica ministrado, na Entidade, onde é pedida a revalidação, pois na incompatibilidade de carga horária.

2) Não foram apresentados os conteúdos programáticos das disciplinas do curso e nem suas respectivas cargas horárias.

3) Os cursos de curta duração versam sobre um único assunto e equipamento específico, no caso Microondas, disciplina que não consta de currículo do Curso de Eletrônica e sim do Curso de Telecomunicações o qual não faz parte da grade curricular da unidade ETE "Getúlio Vargas".

4) No processo apresentado, à pág. 13, consta um certificado de Supervisor eletrônico de manutenção com total de 351 horas. O referido Certificado e por frequência o que o invalida para efeito da revalidação solicitada".

Em 27 de julho 1989, a COGSP analisa o parecer da ETE "Getúlio Vargas" e conclui pelo "encaminhamento do processo à manifestação do Conselho Estadual de Educação".

2 Apreciação

Tratam os autos de pedido, encaminhando pela COGSP, de registro de técnico de nível médio em Eletrônica, a partir de certificado de Curso Técnico realizado por Sérgio Mário Jaque Ortiz em Santiago-Chile. O protocolado tramitou pelo Gabinete da Secretaria da Educação e chegou a este Conselho em 18 de agosto de 1989. O pedido inicial deu entrada na COGSP, em 19 de maio de 1989, que o encaminhou ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" para análise por Comissão de Professores da Escola Técnica Estadual "Getúlio Vargas". O parecer da referida comissão foi desfavorável à revalidação do curso conforme razões transcritas no histórico deste parecer. De posse do citado parecer, a COGSP propõe encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação alegando que "não se pode analisar o assunto, s.m.j., sob o ponto de vista de uma revalidação comum, pois se trata de um caso amparado por acordo cultural, em que há dispensa de revalidação, cabendo só o registro, nos termos do artigo 3º da Resolução CFE nº 04/80".

A rigor, o registro pretendido visa regularizar a situação do interessado quanto à habilitação para o exercício profissional no Brasil.

A Resolução CFE nº 04, de 07 de julho de 1980, fixa normas para a revalidação de diplomas e certificados das habilitações correspondentes ao ensino de 2º grau, expedidos por instituições estrangeiras. Em certos casos, porém, havendo acordo firmado entre o Brasil e outro país, são definidos procedimentos simplificados de dispensa de revalidação, num quadro amplo de facilidades recíprocas objetivando o incremento do intercâmbio cultural, artístico e científico. O artigo 3º da referida Resolução dispõe:

"A dispensa da revalidação nos casos de convênio entre o nosso e o país onde foram expedidos os diplomas e certificados não implica a do registro, quando este for exigível na forma da legislação em vigor" (grifo nosso).

Brasil e Chile são signatários da Convenção Regional Sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, promulgada pelo Decreto nº 80.419, de 27 de setembro de 1977. O artigo 1º dessa Convenção preceitua:

- "a) ... quanto ao exercício de uma profissão o reconhecimento significa a admissão da capacidade técnica do possuidor do diploma, título ou grau e confere-lhe os direitos e obrigações do possuidor do diploma, títulos ou grau nacional cuja posse se exige para exercício da profissão considerada. Esse reconhecimento não acarreta ao possuidor do diploma, título ou grau estrangeiro, isenção da obrigação de satisfazer as demais condições que, para o exercício da profissão considerada, sejam exigidas pelas normas jurídicas nacionais autoridades governamentais ou profissionais competentes (grifo nosso);*
- b) entende-se por educação média ou secundária o período de estudos de qualquer tipo, que se siga a formação inicial elementar ou básica e que, dentre outros fins, possa constituir o estágio anterior à educação superior."*

Além da referida Convenção, Brasil e Chile mantêm Convênio de Cooperação Cultural e Científica, conforme Decreto nº 82.988, de 04 de janeiro de 1979. O artigo V desse convênio estabelece:

"os diplomas e os títulos para o exercício de profissões liberais e técnicas, expedidos por instituições de ensino superior de uma das Partes Contratantes, terão plena validade no território da outra Parte, desde que satisfeitas as formalidades legais de cada Parte Contratante" (grifo nosso).

Na prática, a dispensa de revalidação não exclui a exigência de verificação criteriosa da situação escolar do interessado para a efetivação do registro pretendido. Essa verificação faz-se necessária até mesmo para que não se conceda a um estrangeiro mais do que seria concedido a um brasileiro. Além da autenticidade dos documentos escolares expedidos pelo outro país, sempre haverá necessidade de análise dos estudos realizados no exterior para identificação das correspondências com nosso sistema educacional. De acordo com a legislação citada, a COGSP poderia ter encaminhado o pedido inicial imediatamente para registro, quando, então, seria efetuada a verificação da correspondência entre os estudos realizados pelo interessado e o nível de ensino e habilitação pretendidos no Brasil. Tendo adotado o procedimento de revalidação, a COGSP encaminhou o protocolado a uma escola técnica credenciada para a emissão de parecer. O Parecer da Escola Técnica Estadual "Getúlio Vargas" pode substituir o procedimento de verificação que, de qualquer forma, seria feito no momento do registro. Por esse parecer a pretensão do Sr. Sérgio Mário Jaque Ortiz não pode ser acolhida pois não se observa correspondência entre o currículo do Curso realizado no Chile e o currículo do Curso Técnico de Eletrônica na Escola Técnica Estadual "Getúlio Vargas". Disso decorre que não há compatibilidade da formação obtida pelo interessado no Chile com as exigências da formação de técnico de nível médio em Eletrônica no Brasil. O "certificado de calificaciones de 1º y 2º Ciclo de Humanidades" seria levado em conta, como requisito de formação geral, caso a parte profissionalizante dos estudos fosse considerada suscetível de registro.

Os demais certificados apresentados pelo Sr. Sérgio Mário Jaque Ortiz, inclusive o de "Electrónicos Mantención Supervisor", revestem-se de características de treinamento em algumas áreas específicas da telecomunicações. São programas esparsos, com cargas horárias variadas, constatando-se algumas discrepâncias entre a carga horária consignada no certificado e a indicada no respectivo programa. Não preenchem os requisitos de uma formação técnica regular. São programas de educação não-formal. Buscando maior respaldo para uma decisão final sobre o pedido, mesmo dispondo de um parecer técnico, a COGSP, por cautela, preferiu ouvir este Colegiado.

Pelo exposto, entendemos que os Sr. Sérgio Mário Jaque Ortiz não faz jus ao registro de técnico de nível médio em Eletrônica, pois seus estudos realizados no Chile não correspondem a esse nível de formação no sistema de ensino do Estado de São Paulo.

3 Conclusão

Responda-se à COGSP nos termos deste Parecer.

São Paulo, Câmara do Ensino do 2º Grau, aos 19 de dezembro de 1989.

a) Conselheiro Nacim Walter Chieco
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 20 de dezembro de 1989.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente